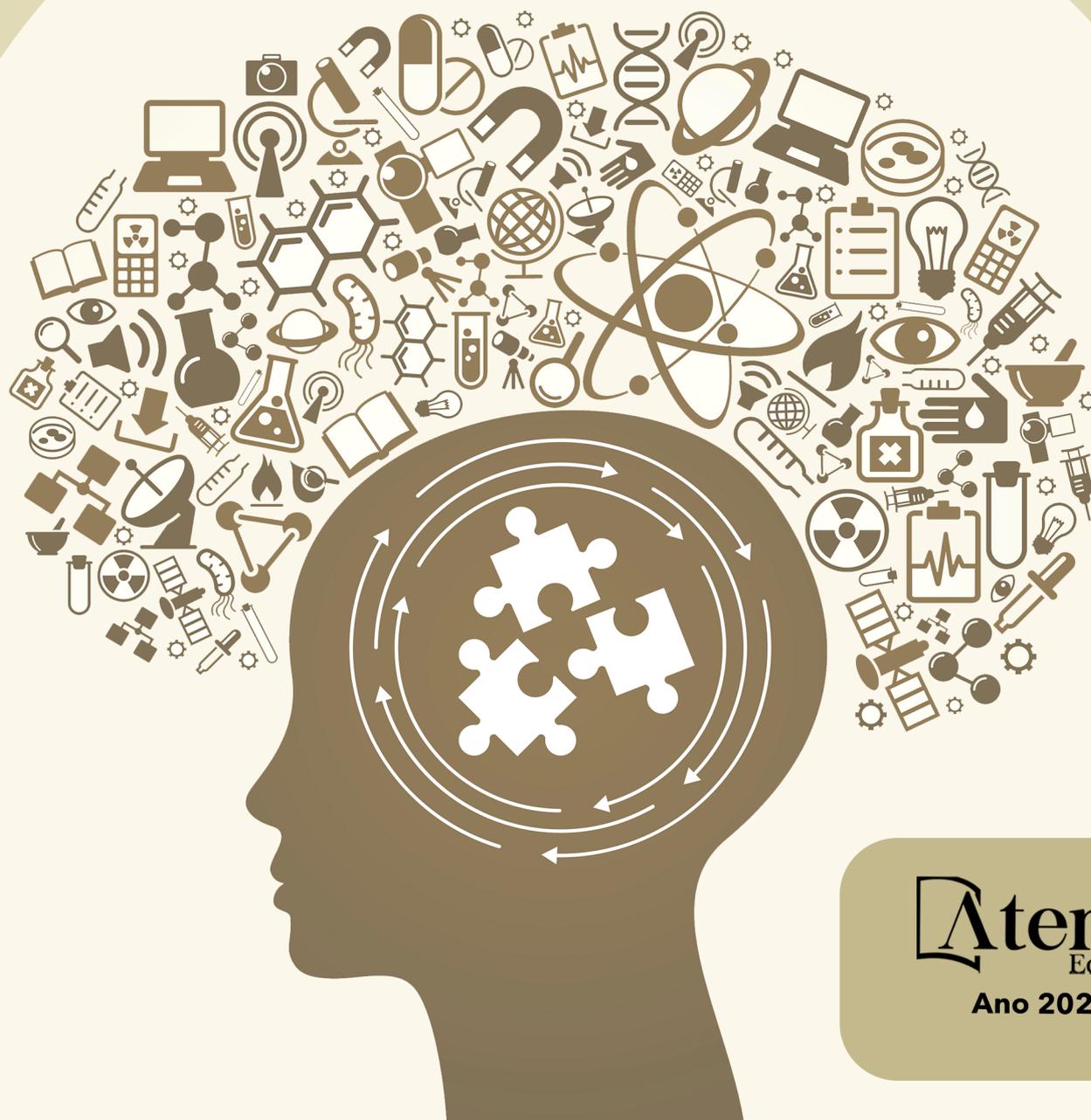


# NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
ELISÂNGELA MAURA CATARINO  
VAGNO BATISTA RIBEIRO  
(ORGANIZADORES)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
ELISÂNGELA MAURA CATARINO  
VAGNO BATISTA RIBEIRO  
(ORGANIZADORES)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

*2020 by Atena Editora*

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N936    Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Vagno Batista Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-86002-76-8  
 DOI 10.22533/at.ed.768200204

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Tecnologias.  
 I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.  
 III. Ribeiro, Vagno Batista.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, num momento histórico em que muros se erguem, as pessoas se fecham, se isolam, aderem ao teletrabalho, em que se discute a vida e do indivíduo e a importância da constituição de relações humanizadas, trazemos a vocês o livro *Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Um livro, que abre as fronteiras do conhecimento num ritmo acelerado, promovendo relações dialógicas e de intercâmbio cultural, aqui e alhures – com pesquisadores das mais variadas regiões do Brasil e de alguns sítios do México. No livro, os conhecimentos advindos das Ciências Humanas e suas Tecnologias, são perpassados por temas amplos e diversos, que materializam resultados de investigações desenvolvidas nos mais variados espaços de pesquisa. Uma obra organizada em dois eixos temáticos que totalizam 24 capítulos fantásticos. O primeiro eixo temático, intitulado “Ciências Humanas” engloba 18 capítulos, nos quais apresentamos diferentes perspectivas e olhares teóricos que endossam os diálogos nos seguintes campos: Educação, Ciências Sociais, Direito, História, Arte, Economia, Literatura, Filosofia, Meio Ambiente e outros, que são transcorridas transversalmente por temas e pelas discussões ao longo dos textos. O segundo eixo, tem como título “Tecnologias”, que vem como tema guarda-chuva abrigando, 06 capítulos, cujos diálogos vão além do cotidiano escolar/universitário, englobando o campo do Direito – startups e dados, Gestão Agroalimentar e outros. Dos liames existentes entre os dois capítulos, gravitam ideias, temas e reflexões, perpassados pelos seguintes fragmentos: “...viagens pelos livros...”, “...desenvolvimento rural”; “Educação ambiental”; “...comportamento seguro”, “O saber científico e outros saberes”; “Direito das mulheres à propriedade agrícola”; “pedagogia/alternância”; “Educar ou ensinar...”; “Saúde da mulher”; “O ensino de Filosofia”; “Modernidade líquida”; “...negócio local, social e sustentável”; “...Direitos fundamentais no teletrabalho”; O uso de tecnologias em sala de aula e em atividade científicas e outros contextos de formação. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Vagno Batista Ribeiro

# SUMÁRIO

## I – PARTE CIÊNCIAS HUMANAS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PERSPECTIVA DE MONSTRO NO LIVRO <i>VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE</i> : OS SERES DISFORMES VIVENTES NO ORIENTE	
Jorge Luiz Voloski Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.7682002041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
DESARROLLO RURAL EN UNA COMUNIDAD DEDICADA A LA PRODUCCIÓN FORESTAL EN EL ALTIPLANO TAMAULIPECO, MÉXICO	
Elizabeth Del Carmen Andrade Limas Aimé Mariel López Rivas Bárbara Azucena Macías Hernández Glenda Nelly Lara Requena Lorenzo Heyer Rodríguez Patricio Rivera Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.7682002042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO	
Andreza de Souza Toledo Matheus Milani	
DOI 10.22533/at.ed.7682002043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
A IMPORTÂNCIA DO DIREITO HUMANITÁRIO NA LIBÉRIA: INTOLERÂNCIA E VULNERABILIDADE	
Carlos Alberto Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7682002044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO SEGURO PARA AMENIZAR OS ACIDENTES E TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O COMPORTAMENTO SEGURO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR	
Jaciera Graciela Dias Trzaskos Ester Caroline Dias Trzaskos	
DOI 10.22533/at.ed.7682002045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>75</b>
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O SABER CIENTÍFICO E OUTROS SABERES COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO	
Luciano Tadeu Corrêa Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.7682002046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>88</b>
EL DERECHO DE LAS MUJERES A LA PROPIEDAD AGRARIA, UN CONTEXTO DE USOS Y COSTUMBRES EN EJIDOS Y COMUNIDADES EN MÉXICO	
Marcial Reyes Cázarez	

Daniel Reyes Cázarez  
DOI 10.22533/at.ed.7682002047

**CAPÍTULO 8 ..... 100**

A PEDAGOGIA EM ALTERNÂNCIA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Walter Roberto Marschner

DOI 10.22533/at.ed.7682002048

**CAPÍTULO 9 ..... 114**

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL:  
UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.7682002049

**CAPÍTULO 10 ..... 123**

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS  
CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Suzana Damiani

Claudia Maria Hansel

Victória Antônia Tadiello Passarela

DOI 10.22533/at.ed.76820020410

**CAPÍTULO 11 ..... 134**

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO  
SANTO

Quéren da Silva Martins

Gilsa Helena Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.76820020411

**CAPÍTULO 12 ..... 146**

EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406) E AS CARACTERÍSTICAS DAS VIAGENS NA BAIXA IDADE  
MÉDIA

Sofia Alves Cândido da Silva

Jaime Estevão dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.76820020412

**CAPÍTULO 13 ..... 158**

O NASCIMENTO E RENASCIMENTO DO *BALÉ LA SYLPHIDE* E A CRIAÇÃO DO TUTU  
ROMÂNTICO

George Ricardo Carvalho Monteiro

Francisca Dantas Mendes

DOI 10.22533/at.ed.76820020413

**CAPÍTULO 14 ..... 180**

ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES  
DA FILOSOFIA PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Josegley Andrade de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.76820020414

**CAPÍTULO 15 ..... 193**

HABITANDO NO CATIVEIRO DA INCERTEZA: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Raphael Colvara Pinto

**CAPÍTULO 16 ..... 203**

MUDANÇAS E CONTINUIDADES PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Patricia Fernandes  
José Marcos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.76820020416

**CAPÍTULO 17 ..... 215**

O ATELIÊ BIANCA BAGGIO COMO NEGÓCIO LOCAL , SOCIAL E SUSTENTÁVEL ATUANTE NA PROPAGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Bianca Helena Bisetto Baggio  
Brunna Gonçalves Ramos

DOI 10.22533/at.ed.76820020417

**CAPÍTULO 18 ..... 219**

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Cláudia Sousa Oriente de Faria

DOI 10.22533/at.ed.76820020418

**PARTE II - TECNOLOGIAS**

**CAPÍTULO 19 ..... 229**

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TELETRABALHO

Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou  
Thiago Melo Façanha  
Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes

DOI 10.22533/at.ed.76820020419

**CAPÍTULO 20 ..... 242**

AS CONCEPÇÕES E AS DEMANDAS TECNOLÓGICAS DE RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO AGROALIMENTAR

Andressa Morgan  
César Augustus Winck  
Miguelangelo Gianezini

DOI 10.22533/at.ed.76820020420

**CAPÍTULO 21 ..... 260**

AVALIAÇÃO DE SALA DE AULA REGULAR A PARTIR DOS PARÂMETROS DO DESIGN UNIVERSAL E DA METODOLOGIA DEAFSPACE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata de Assunção Neves

DOI 10.22533/at.ed.76820020421

**CAPÍTULO 22 ..... 278**

ACADEMIC CANVAS: UMA FERRAMENTA VISUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Heleno Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.76820020422

**CAPÍTULO 23 ..... 282**

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA:  
A PERSPECTIVA DOS(AS) LICENCIANDOS(AS) EM SUA FORMAÇÃO INICIAL

Luciana de Lima  
Deyse Mara Romualdo Soares  
Gabriela Teles  
Robson Carlos Loureiro

**DOI 10.22533/at.ed.76820020423**

**CAPÍTULO 24 ..... 292**

STARTUPS E DADOS: DESAFIOS JURÍDICOS FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS

Mateus Catalani Pirani  
Fernando Frazão Peres  
Sueli Molinos Galante

**DOI 10.22533/at.ed.76820020424**

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 303**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 304**

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO

*Data de aceite: 27/03/2020*

*Data de submissão: 03/01/2020*

### **Andreza de Souza Toledo**

Servidora Pública do Poder Executivo Estadual-  
RS.  
Vacaria-RS

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6264396577541755>

### **Matheus Milani**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Feliz- RS

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8543045510098204>

Versão com pequenas alterações do artigo aprovado e apresentado no XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC, em 2014.

**RESUMO:** O presente artigo busca, através de uma breve análise acerca da sociedade de risco, apoiada em sociólogos que trabalham o risco dentro das ciências sociais, fazer uma relação entre consumismo e risco, apontando que o atual sistema de consumo acaba por criar inúmeros riscos, muitos dos quais imprevisíveis, que poderão culminar com o esgotamento do Planeta. Passa-se, então, à análise da educação

ambiental, que se entende seja uma alternativa viável e necessária a fim de mudar paradigmas e evitar os riscos criados pelo atual cenário consumista, defendendo-se, de forma sucinta, a necessidade da criação de uma disciplina específica, além do trabalho interdisciplinar, a fim de possibilitar uma melhor compreensão das questões ambientais, da amplitude dos danos e da necessidade de alteração do comportamento humano, com ênfase no consumismo, a fim de garantir-se a perpetuação da vida humana no Planeta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade de risco; Consumismo; Educação ambiental

### ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOLUTION TO THE RISK GENERATED BY CONTEMPORARY CONSUMERISM

**ABSTRACT:** This article seeks, through a brief analysis on the risk society, based on the risk sociologists working within the social sciences, making a relationship between consumerism and risk, pointing out that the current system of consumer ultimately creates numerous risks, many of which are unforeseeable, which may culminate in the depletion of the planet. Then goes on to the analysis of environmental education, which is meant to be a viable and

necessary alternative to change paradigms and avoid the risks created by the current consumerist scenario, defending, briefly, the necessity of creating a specific discipline, in addition to interdisciplinary work in order to enable a better understanding of environmental issues, the extent of damage and the need for modification of human behavior with emphasis on consumerism in order to ensure the perpetuation of human life on Planet.

**KEYWORDS:** Risk society; Consumerism; Environmental Education

## 1 | INTRODUÇÃO

É comum a afirmação de que vivemos em uma sociedade de risco. Embora a própria doutrina que trouxe o risco para o núcleo das teorias sociais afirme expressamente que caminhamos para uma sociedade de risco, é inegável que a sociedade atual mantém em uma relação conflituosa com o meio ambiente, explorando recursos naturais acima das capacidades do planeta em se regenerar. Com isso, é indubitável que vivemos em uma sociedade que produz riscos, especialmente quando atrela o desenvolvimento com o consumismo.

Parte dos riscos ao planeta advém desta exploração dos recursos naturais, que é feita para alimentar o sistema de consumo que vige na economia que domina o planeta. Esse consumo evoluiu de mera extração de recursos para subsistência e conforto das pessoas para um consumo com características patológicas, sendo rotulado como um fenômeno social, e não mais individual: o consumismo.

Com isso, o consumismo, enquanto fenômeno social, passa a ser um dos fatores que criam riscos ao futuro da sociedade. Ao consumir ilimitadamente, não há espaço para a regeneração de recursos, e o esgotamento do planeta passa a ser vislumbrado no horizonte.

Dessa forma, surge a questão de como enfrentar o consumismo e evitar que encaminhe a sociedade para uma sociedade de risco. Para tanto, o artigo trabalhará a educação ambiental como uma das formas de enfrentar e superar os riscos que se apresentam ou se avizinham.

## 2 | O CONSUMISMO COMO FENÔMENO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

O consumo é inerente ao ser humano, que necessita extrair do meio ambiente os recursos necessários para suas necessidades vitais. O consumo refere-se a bens, serviços, energia e recursos que pessoas individualmente e a sociedade como um todo utilizam. A principal questão é a de que o consumo atingiu novas proporções na sociedade atual, que pode ser descrita como uma sociedade de consumo.

Tem-se notícias que o consumo crescente remonta o decorrer dos séculos XIX e XX, quando a Revolução Industrial teve os seus primórdios. O progresso trazido pela modernidade apresentava várias possibilidades de consumo, de bem-estar, de grandes descobertas na área das ciências e da saúde, bem como, em tese, de melhores “qualidades de vida”.

Como já observou Bauman (1999, p. 87-88), a “nossa sociedade é uma sociedade de consumo.” E a partir dessa afirmação, não mais se pode referir unicamente a uma “observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem; todos os seres humanos, ou melhor, todas as criaturas vivas “consomem” desde tempos imemoriais.” O autor quis alertar para além disso:

O que temos em mente é que a nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores”. Aquela velha sociedade moderna engajava seus membros primordialmente como produtores e soldados. [...] A norma que aquela sociedade colocava para seus membros era a capacidade e a vontade de desempenhá-los. (BAUMAN, 1999, p. 87-88).

Ainda estabelecendo uma comparação da característica da “velha” sociedade moderna com a sociedade atual, o autor prossegue:

Mas no seu atual estágio final moderno (Giddens), segundo estágio moderno (Beck), supramoderno (Balandier) ou pós-moderno, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão de obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso, precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999, p. 87-88).

Segundo Bauman (1999, p. 91), “para os consumidores da sociedade de consumo, estar em movimento – procurar, buscar, não encontrar ou, mais precisamente, não encontrar ainda – não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança, talvez a própria bem-aventurança.”

Sob essa lógica, o homem desatina-se na ânsia de cada vez mais “ter”, despreocupando-se com o “ser”; ter o melhor carro e o carro do ano, ter a melhor e maior casa, os melhores móveis, o melhor e mais moderno aparelho celular, a melhor e mais moderna moto, bicicleta, etc... E assim se perpetuam os dias da humanidade, que desenfreadamente busca uma felicidade advinda de uma satisfação efêmera e passageira sentida por alguns instantes, a cada compra realizada, a cada objeto adquirido, como consequência de maior destruição natural.

Então, surge a necessidade de diferenciar os diferentes significados, ou melhor, de distinguir consumo e consumismo. Para Bauman (2008, p. 41) o consumo é basicamente uma característica e ocupação dos seres humanos enquanto indivíduos, enquanto que o consumismo é um atributo da sociedade. Então, o consumismo

chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho.

Segundo o sociólogo polonês, a mudança do consumo para o consumismo ocorreu com a chamada “revolução consumista”, quando o consumismo tornou-se o propósito da existência humana e quando nossa capacidade de querer, desejar, ansiar e experimentar essas emoções repetidas vezes passou a sustentar a economia (BAUMAN, 2008, p. 38-39).

Esta é a outra vertente do consumo, que o analisa como aquele que “evoluiu” de alimentos e recursos necessários à subsistência humana, para um consumo que satisfaz a “alma”, extremamente ligado à autoestima psíquica e à posição e significações sociais (PEREIRA; SIMIONI, 2010, p. 9-57).

Note-se que representam facetas diferentes do mesmo ato de consumir. Isso porque o consumo pode ser rotulado como ambíguo, pois por vezes é entendido como uso e manipulação, e/ou como experiência; por vezes, pode ser entendido como compra ou como esgotamento e exaustão. Com isso, afirma-se que o termo consumir pode entrelaçar significados positivos e negativos na forma como os seres humanos se apropriam da natureza ao seu redor. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 21).

Esta necessidade crescente e sem limites de consumir o que se precisa e o que não se precisa virou uma rotina, praticamente imprescindível na vida das pessoas....quase como uma necessidade básica....e que já está beirando a estágios de doença coletiva.

E o que também preocupa é que não só as aquisições de produtos desencadeiam uma felicidade superficial e rápida, mas o que ocorre com similar rapidez é a necessidade de descarte dos dejetos, uma vez que esses produtos estão cada vez mais seguindo lógicas de processos “descartáveis”.

Dessa forma, a economia centrada no consumidor, para sustentar-se, baseia-se no excesso de ofertas e no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e da fácil dissipação do seu poder de transição, aliados à produção contínua de novas ofertas e o crescente volume de bens oferecidos, mantendo a velocidade de circulação e reacender o desejo de substituir os bens por outros novos e melhorados (BAUMAN, 2010 , p. 35-36).

Assim, muitos são os excluídos desses processos de consumismo, por incontáveis razões, acabam não acompanhando esse processo de “massificação no trato de pessoas.” Algumas e muitas são por carência de condições financeiras para acompanhar as imposições expostas principalmente veiculados pela mídia, como as roupas da moda, o carro do ano, o celular mais moderno; porém, quem acaba não conseguindo seguir tais imposições sociais, fica à margem, no campo dos excluídos, e tidos pela maioria das pessoas como o “ultrapassado, o feio, o

desajeitado, o indesejável”. (HORN, 2010, p. 143).

Sinalize-se que o mercado econômico, diante de sua lógica, mobiliza multidões para uma crença ilusória segundo a qual a felicidade é conquistada pelo maior número de bens adquiridos e pelo maior valor econômico que envolve as suas respectivas aquisições, pela falsa noção de inclusão social, pela construção de uma identidade e pela afirmação dessa identidade, que são meramente simbólicas, mas que, momentaneamente, parecem fazer emergir uma sensação de bem-estar e de segurança, em oposição às diversas situações da vida cotidiana que denotam o contrário (PEREIRA; SIMIONI, 2010, p. 43).

E nessa ânsia enlouquecida pela desenfreada competição pelo “ter”, para a edificação de falso “ser”, muitos acabam focando na “cobiça” do alheio e, diante da impossibilidade de concretizar todos os intentos vislumbrados, muitas vezes pelas limitações econômicas de cada uma, muitos são as decepções, frustrações sofrimentos psíquicos experimentados. Ainda na senda desses propósitos, muitos se lançam às práticas delituosas (furto, roubo, latrocínio, tráfico de substâncias ilícitas), objetivando o lucro fácil, rápido e vultoso, desmotivados que ficam, em sua maioria, com a sua baixa escolaridade, com as possibilidades valorativas de remuneração de seu trabalho assalariado, com o tempo e as condições que levarão para poder concretizar seus intentos de aquisições, ou seja, com a possibilidade de passar uma vida inteira trabalhando arduamente, economizando e sofrendo algumas eventuais privações para conseguir adquirir alguns poucos e limitados bens.

Nessa senda, vários acabam sucumbindo e se perdendo, direcionando as suas condutas para atitudes reativas e agressivas à sociedade (o mundo do crime), como se alguém precisasse “pagar” por isso e como se a sociedade fosse única vilã e a responsável por tudo aquilo que os seus desejos logram cobiçar e que, ao final e por inúmeras razões, acabam por insatisfeitos.

Tudo isso deve acarretar muitas disfunções físicas, psíquico-emocionais e sociais nos homens, em face de tantos intentos e práticas doentios, e que devem assim também caracterizar as inter-relações humanas.

Portanto, capitalismo atual, com sua faceta voltada ao consumismo, está preocupado em vender bens a pessoas que por vezes sequer desejam ou necessitam do que está à venda. Assim, o consumismo se ligou a uma nova identidade política, na qual o próprio negócio desempenha papel de forjar identidades que levem a comprar e vender, e onde a identidade tornou-se um reflexo de “estilos de vida” associados a marcas comerciais e seus produtos, bem como a atitudes e comportamentos ligados a onde e como compramos, o que comemos, vestimos e consumimos. Esses atributos, por sua vez, estão associados à renda, classe e outras forças econômicas que apenas parecem permitir escolhas, quando na verdade são determinadas pela demografia e socioeconomia, estando além do controle e do

poder dos consumidores individuais. (BARBER, 2009, p. 190).

Conclui-se que o consumo é uma característica dos seres humanos enquanto indivíduos, necessário para sua subsistência no planeta, e o consumismo é um atributo da sociedade, que acelera e distorce este consumo necessário, tornando o consumo um fenômeno intenso, repetitivo e com características patológicas, exercendo uma enorme pressão sobre os recursos naturais e colocando em risco a própria sobrevivência humana no planeta (BAUMAN, 2008, p. 41).

### 3 | CONSUMISMO E SOCIEDADE DE RISCO

Chega-se ao ponto de que uma das maiores preocupações humanas contemporâneas não mais é garantir a sobrevivência das gerações futuras, mas sim a de poder manter a da atual geração (PEREIRA; PEREIRA; KOPPE, 2009, p. 17).

Na atualidade, sob a égide do reinante sistema de produção capitalista, vive-se situações vertiginosas, por parte do mercado, na incessante tentativa de vender mais, novos e inovadores produtos, de pessoas tentando garantir os seus empregos, de outras tentando manter a sua expressiva margem de lucros, o seu enriquecimento crescente, e de pessoas tentando manter-se com os equipamentos mais modernos, mais bonitos, mais sofisticados, que melhor respondem às necessidades das pessoas<sup>1</sup> e do mercado de vendas...

Nesse contexto, encontram-se as diversas relações de consumo, firmadas pelos homens, diária e permanentemente, objetivando a satisfação de suas necessidades, reais e/ou criadas pelo mercado, mas que estão cada vez mais demandando maior e infindável quantidade de matérias-primas, as quais são extraídas da natureza.

Com consumo adquirindo novos contornos nos padrões atuais, passa a ser enfrentado como um atributo da sociedade, e não mais do indivíduo, sendo analisado como consumismo.

Com isso, se no consumo há um certo impacto ambiental, no consumismo esse impacto é potencializado, em razão de que há uma demanda excessiva por recursos naturais, para a transformação em bens de consumo e posterior descarte. E no consumismo, é necessário que esse ciclo de extração de recursos naturais, transformação em bens de consumo e descarte seja o mais rápido possível. E ao término do ciclo, este deve reiniciar-se, alimentando e mantendo a cadeia em pleno funcionamento.

Seguindo a mesma cadeia, quanto maior é o consumismo da sociedade, maior é a geração de resíduos, seja pela quantidade de bens consumidos, seja pelo rápido descarte desses bens em razão da cultura consumista.

---

1. Necessidades, em sua maioria, fictícias, criadas pela atual sociedade de consumo. (N. A.).

Essa relação está atrelada à algumas características da sociedade contemporânea, que alimenta o anseio pelas novidades, ao mesmo tempo que leva ao descarte de produtos em curto prazo, alimentando a roda do consumismo (HORN; VERGANI, 2010, p. 153).

A economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias, e é considerada tão eficaz quanto mais rápido o dinheiro mudar de mãos. Sempre que isso acontece, alguns produtos de consumos estão sendo descartados para o lixo. Com isso, numa sociedade de consumidores, a busca da felicidade invocada em campanhas de marketing tende a ser redirecionada do fazer coisas, ou de sua apropriação, para a sua remoção, fazendo a economia girar em razão da compra de novos produtos substitutivos dos removidos (BAUMAN, 2008, p. 52-53).

Com isso, pode-se afirmar que no consumismo há uma dupla degradação ambiental: ao mesmo tempo em que se retira recursos naturais, desestabilizando o meio ambiente para a produção de bens de consumo, posteriormente e cada vez mais rapidamente, estes bens são jogados fora como resíduos e/ou rejeitos, sendo que muitas vezes sequer deveriam ser classificados como tais, visto que ainda próprios para consumo.

Então, consumo que se presta a assegurar a sobrevivência e uma vida digna ao consumidor, acaba, em um momento posterior, a afetar negativamente a vida que antes era desejada (LEMOS, 2012, p.25). Essa afetação negativa pode assumir múltiplas facetas, e uma delas são os riscos gerados pelo consumismo.

Com isso, para a análise do risco, utilizar-se-á diversos autores que tratam do fenômeno do risco. Não se busca um conceito único, ou definir qual das teorias que analisam o risco é a mais adequada, mas sim um fundamento teórico suficiente para fundamentar que o consumismo moderno, bem como a exploração de recursos naturais com o conseqüente descarte inadequado e rápido de produtos é um dos principais geradores de risco ambiental.

O conceito de risco permeia a contemporaneidade. Muito se fala sobre o risco, ou melhor, sobre os diversos riscos gerados pelas condutas que permeiam a sociedade atual. Inicialmente, é necessário destacar que não há uma definição única e precisa de risco, e muitas vezes este conceito se torna indevidamente utilizado, pois eventos são classificados como risco quando são essencialmente normais do ponto de vista natural.

Contextualizando o tema, o risco enquanto disciplina não é representa algo novo, mas sim uma abordagem global que integra conhecimentos das “ciências duras”, como a química, física ou geologia, com os da sociologia, do direito e da economia (VEYRET, 2007, p. 11).

A análise de riscos foi desenvolvida como uma ferramenta objetiva para engenheiros e estadistas, que precisavam de mais fatos objetivos, e por objetivos

compreende-se a eliminação de valores subjetivos que interfiram na análise (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 69).

Visto que não há uma única concepção de risco que pode ser atribuída como correta, não há como obrigar a todos que a aceitem. O risco, então, deveria ser entendido como um produto conjunto de conhecimento que se tem do futuro e um consenso quanto às perspectivas mais desejadas, possibilitando relativizar os problemas (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 5).

Trazendo o conceito de risco das *hard sciences*<sup>2</sup> para as ciências sociais, tornou-se comum falar-se de que vivemos em uma sociedade de risco. Contudo, o sociólogo alemão Ulrich Beck (2010, p. 25), responsável pela popularização da teoria social do risco através da obra *Sociedade de Risco*, é expresso em dizer que “*ainda não vivemos numa sociedade de risco, mas tampouco somente em meio a conflitos distributivos das sociedades da escassez*”.

O que Beck assinala é que, embora seu trabalho não tenha as bases metodológicas necessárias para demonstrar uma sociedade de risco tal como conceituada, não se pode ignorar que os padrões da atual sociedade levam à uma produção cada vez maior de riscos. Em que pese o sociólogo alemão tenha fundamentado uma teoria sociológica sem seguir as regras da pesquisa social empírica, não se pode negar sua aplicação e valor, especialmente na fundamentação dos riscos ambientais.

Com isso, é possível se afirmar que os riscos provenientes da Sociedade Industrial estavam associados à criação e distribuição de riqueza, encontrando-se em jogo a luta entre capital e trabalho pelos frutos e benefícios gerados por um sistema industrial voltado para a produção de bens e serviços. Já em uma Sociedade de Risco, a disputa não ocorre em relação ao acesso e distribuição destes bens, mas ao poder evitar ou distribuir os males provindos da própria modernização. E um aspecto fundamental destes riscos é a sua dimensão catastrófica, com a possibilidade de autodestruição da vida sobre a Terra (LENZI, 2006, p. 133)

Outro ponto fundamental do trabalho do sociólogo alemão é o chamado “efeito bumerangue”, onde ele afirma que os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que produziram ou lucraram com ele (BECK, 2007, p. 27).

Com isso, afirma-se que as sociedades industriais vão lentamente se dissolvendo, em razão do acúmulo de problemas ambientais. Esta não é uma consequência voluntária, mas um efeito colateral do crescimento econômico e prosperidade material (GIDDENS, 2012, p. 149). Este efeito colateral é agravado

2. "Hard Sciences" (ciências difíceis ou ciências duras - em tradução livre) é uma expressão utilizada para designar, usualmente, as ciências naturais, embora tal definição não se mostre, exatamente, acurada, posto que, atualmente, alguns estudiosos tem colocado a sociologia e a psicologia na categoria das "hard sciences". O conceito de "hard sciences" assim, está mais relacionado aos experimentos realizados, devendo estes possuírem mais facilidade para estabelecer e controlar as variáveis e fazer medições e conclusões objetivas. No entanto, para este trabalho, considera-se "hard sciences" como um sinônimo de ciências naturais.

pela atual maneira que as pessoas percebem a sociedade e lidam com o consumo, que deixa de ser algo necessário para a subsistência e passa a ser visto como consumismo, pois atrelado a outras características.

Ante ao caminho da sociedade rumo a um desfiladeiro, premente se faz uma ressignificação social e generalizada quanto ao sentido do consumo para a humanidade. Diretamente relacionada a esse propósito, identifica-se a educação ambiental, ancorada em fortes fundamentos trazidos pela Sociologia Ambiental e por outras áreas (de maneira interdisciplinar), como forma de propiciar modificação de condutas humanas, a partir da conscientização ecológica que, certamente, pode emergir através da promoção de conhecimentos e saberes que rompem com as barreiras da superficialidade, da ignorância arquitetada e com as do saber limitado.

#### **4 | CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – RELAÇÕES DE CONSUMO E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

Prevendo a Carta Magna, no artigo 5º, § 2º, a possibilidade da não exclusão (e do reconhecimento) de outros direitos fundamentais não expressos no seu artigo 5º, infere-se implícita e doutrinariamente<sup>3</sup> considerado como um direito fundamental o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, posto que fundamental à sadia qualidade de vida do ser humano (artigo 225, caput), essencial para a concretização da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF/88), para a promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV, CF/88) e a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, caput, CF/88). Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1997, p. 102), a seu turno, entende ser o meio ambiente um direito fundamental de terceira geração, incluído entre os direitos da solidariedade ou direitos dos povos. Em razão disso, conclui Lemos (2008. p. 94) que, ao mesmo tempo, “tal direito e individual é coletivo, interessando a toda a humanidade.”

Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1997, p. 102), a seu turno, entende ser o meio ambiente um direito fundamental de terceira geração, incluído entre os direitos da solidariedade ou direitos dos povos. Em razão disso, conclui Lemos (2008. p. 94) que, ao mesmo tempo, “tal direito e individual é coletivo, interessando a toda a humanidade.”

Com base nisso, sendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito fundamental humano, por relacionar-se diretamente à vida, o conhecimento e as informações ambientais devem ser acessíveis a todos, uma vez que dizem respeito à defesa e manutenção da vida de toda a humanidade e Planeta.

---

3. Defendendo o entendimento de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental pode-se citar MILARÉ (2001, p. 111), GAVIÃO FILHO (2005, p. 37), WESCHENFELDER (2012, p. 45), CANOTILHO e MOREIRA (2007, p. 845), TEIXEIRA(2006) e FIGUEIREDO (2012, p. 129). (N. A.)

Para tanto, imprescindível retomar a relevante importância da educação ambiental e da conscientização popular quanto ao meio ambiente, a necessidade de preservação e defesa, pelo homem, no seu trato diário e permanente com o meio em que habita, prática que deve motivá-lo muito além do simples e efetivo cumprimento do respectivo mandamento constitucional (artigo 225, § 1º, inciso VI), mas muito mais por uma questão da sua sobrevivência e também da coletividade.

De outra banda, faz-se inegável a adoção de um norte, no âmbito da educação e da conscientização ambiental, que venha ao encontro da preservação das culturas e das comunidades tradicionais, respeitando e aproveitando/aplicando as suas respectivas sabedorias milenares à realidade atual, dentro do que for possível, a fim de efetivamente valorizar esses povos e suas culturas.

Tratando sobre alguns pontos acerca da educação ambiental e assuntos correlatos, retoma-se o referido estudo. No que concerne à transversalidade e sua diferenciação da interdisciplinaridade, algumas observações:

**transversalidade:** Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

A transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. (MENEZES; SANTOS, 2002).(destaque dos autores)

No que tange aos Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação, cabe salientar que:

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente

da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas (BRASIL, p. 193).

Então, trabalhar de forma transversal, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, significa:

buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (BRASIL, p. 193-194).

Tanto os tratamentos transversal (dimensão didática) e interdisciplinar (abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento), totalmente positivos para o caso das questões ambientais, ambos “rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis.” (MENEZES; SANTOS, 2002).

Porém, mais que os tratamentos transversal e interdisciplinar aos temas relacionados às questões ambientais, é preciso abrir mais espaço nas grades curriculares escolares, reservando um espaço específico para que um conhecimento de qualidade possa ser oferecido aos estudantes brasileiros, tendo em vista que, somente e, não raro, alguns poucos, em fase de especialização<sup>4</sup>, conseguem maiores e mais aprofundados conhecimentos acerca do meio ambiente e da atual realidade dos recursos naturais (brasileiros e mundiais), pois só então são oportunizados e estudados.

Sendo assim, considerando que somente pequena parcela da população brasileira chega aos níveis de especialização, cerca de apenas 0,5% da população<sup>56</sup>.

4. Experiência pessoal da co-autora: somente em curso de Especialização *Stricto Sensu* (Mestrado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul -UCS), tive acesso à diversas informações ambientais, podendo citar, ilustrativamente, vídeo do youtube, indicado por professora, que tratava da importância e utilidade das diversidades de borboletas (inclusive para a Medicina) e das árvores da região da Amazônia brasileira (proporcionam a umidade necessária para a promoção das chuvas, além de propiciarem a purificação atmosférica). Saliento que, embora tais informações estejam disponíveis na rede mundial de computadores, sem que um professor (por exemplo) os indique ou desperte a curiosidade para que o aluno busque a informação, os vídeos e demais conteúdos se mostram de reduzida utilidade. O vídeo referido está disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=HYcY5erxTYs>>. Acesso em: 29 ago. 2013. (N. A.).

5. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 11 set. 2013. Conforme dados do censo 2010, no Brasil, apenas 921.847 pessoas frequentavam cursos de especialização (*lato e stricto sensu*). Resultado obtido pela soma dos resultados por Estado. Ainda, segundo o mesmo censo, a população residente no Brasil, era de 190.755.799 (cento e noventa milhões setecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e nove) pessoas. Resultado obtido pela soma dos resultados por Estado (N. A.).

6. “...a parcela de brasileiros com pós-graduação representa menos de 0,5% da população, quantitativo ainda insuficiente para responder aos desafios do crescimento econômico. No país, só 0,32% possuem mestrado enquanto

(BIZONI, 2013). Conclui-se que tamanha é a ignorância de uma significativa parcela da população, ou seja, do ser humano sobre a natureza, sobre si mesmo e sobre o futuro da vida no Planeta (ARAÚJO, 2010).

Em análise ao pensamento de Dickens, efetivamente pode-se concordar que um dos grandes entraves e que promove a fragmentação do conhecimento ambiental é a divisão do trabalho. De fato, no universo capitalista em que se vive, o trabalho resta dividido em áreas específicas e estanques, que fracionam o raciocínio e compartimentalizam os saberes e as práticas humanas.

Assim, satisfazendo as necessidades dessa lógica do sistema de produção e do trabalho, surgem os estudos direcionados às especializações e crescente incentivo para uma educação permanente, objetivando, em tese, o aprimoramento dos profissionais e do produto de seus trabalhos, mas que conduzem também à satisfação de uma outra necessidade capitalista, que é a criação de outras necessidades humanas, para “esquentar” e “movimentar” o mercado, o comércio, as vendas (assim, as vendas de cursos nas Universidades Particulares), além de produzir a fragmentação dos conhecimentos, de modo geral, nele estando incluso o ambiental (GADOTTI, 2005, p. 95-96).

No entanto, o grande problema é que o Estado, maioria das vezes, parece, em verdade, vir para confundir, ou, no melhor estilo de “O Príncipe” - dividir para conquistar -, conforme preconizou Maquiavel (1991), em mais uma de suas muito lúcidas passagens. Isso resta demonstrado pelas diversas posturas assumidas e claramente disseminadas pelo Estado, em suas mais diversas manifestações.

De outra banda, a disseminação de um efetivo estudo da Sociologia e da educação ambiental, de forma geral, consistiria em medida que acarretaria um enriquecimento cultural e consencial extremamente significativo, às populações em geral. Isso porque pessoas que possuam uma bagagem de conhecimentos e saberes capazes de proporcionar uma sensibilização e uma conscientização compatíveis com a preservação e a defesa ambientais, automática e logicamente, agirão, em sociedade, de forma mais consciente e educada no que concerne às relações de consumo. Consumidores educados e cientes das consequências das suas ações, tanto nas direcionadas ao consumismo, pelas atitudes consumistas em excesso, quanto nas voltadas à boa/má utilização das mercadorias adquiridas, na correta separação e descarte dos resíduos produzidos, além do maior esclarecimento quanto às reais necessidades e às necessidades constantemente criadas pelo mercado, possuem melhores condições de discernimento e de agir em conformidade com parâmetros de defesa e preservação da vida.

Então, a reunião de profissionais de várias áreas, tais como Agronomia, Antropologia, Biologia, Botânica, Geologia, Zoologia, etc, de forma a enfatizar a

---

0,12% possuem doutorado.” (N. A.).

integração e a interligação dos saberes (a interdisciplinaridade e a transversalidade), para o estudo sobre o ambiente, sobre as plantas e animais (e.g. da Amazônia e do Pantanal Mato-grossense), a fim de propiciar o conhecimento científico para as populações, especialmente aquelas menos favorecidas, na forma de disciplina específica de educação ambiental formal, em todos os níveis de ensino, parece ser um caminho para uma efetiva mudança de paradigmas em termos de educação ambiental.

Tendo em vista que se deve buscar a formação de uma consciência ecológica, principalmente por parte do Estado (artigo 225, caput, e inciso VI, da CF/88), entende-se possível atingi-la a partir do momento em que, através da educação (educação ambiental), a todos seja possibilitado o conhecimento qualificado quanto ao meio ambiente, para que, entendendo os processos de geração e desenvolvimento das diversas formas de vida (plantas, animais, recursos naturais, etc), suas respectivas finalidades e contribuições na teia da vida e na cadeia alimentar, seja possível efetivamente desenvolver uma consciência voltada para a preservação/proteção da vida em todas as suas formas.

Somente quando efetivamente conhecemos aprofundadamente algo (sabemos as suas qualidades, defeitos, utilidades e relação com os demais seres), é que em nós é inculcida uma verdadeira consciência de cuidado, de proteção. Mais que isso, quando, partindo da ideia da aquisição de maiores conhecimentos sobre o tema, por meio da educação ambiental prestada, somos mobilizados a auxiliar conjuntamente em um processo que enseja atitudes compatíveis com proteção ambiental e, dessa forma, sentimo-nos parte desse todo, conscientes da importância da nossa atuação e com entusiasmo por estarmos auxiliando e mobilizando mais pessoas para o engajamento quanto a esse mesmo fim.

Sobre o tema Alves (2011) pondera que “na maioria das instituições de ensino superior (IES), a educação ambiental se restringe a iniciativas isoladas de professores e alunos, individualmente ou em grupo [...]”, sendo que, quanto às questões ambientais, são raríssimas as IES que as “incorporam em seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e mesmo no projeto pedagógico de seus cursos.”

Sendo assim, imprescindível a efetiva prestação das informações ambientais, de forma clara, com linguagem simples e objetiva, a fim de facilitar o entendimento e compreensão populares sobre os referidos temas.

Porém, mais que isso, inafastável a premência da prestação de uma educação ambiental e de uma conscientização coletiva que efetivamente proporcionem a compreensão e o entendimento das informações recebidas e disponibilizadas pelo Poder Público através dos meios de comunicação (Diários Oficiais e outras mídias). Mais do que meramente ter disponíveis as informações ambientais, é importante

saber correlacioná-las, apoderar-se dos seus conteúdos e dos conhecimentos delas advindos; raciocinar criticamente e entender o que está acontecendo ou o que está por vir, no Brasil e no mundo.

O conteúdo do Princípio 19 da Convenção de Estocolmo/1972 denota a necessidade de empenho, tanto das comunidades internacionais, do Estado-Nação e dos Estados Federados, das autoridades competentes, das escolas, dos profissionais da área da educação, dos estudiosos, pensadores e dos políticos, no sentido de promover a educação e a informação ambiental, que são ambos de interesse público, para as suas populações em geral, mas especialmente para as camadas populacionais menos privilegiadas, em todos os sentidos, seja econômico, social, cultural, educacional, etc.

E não é difícil identificar esses grupos, em cada uma comunidade local e/ou internacional. É possível citar, como alguns exemplos ilustrativos, os excluídos sociais de toda a ordem, os marginalizados, os presos, os dependentes químicos, os pequenos grupos étnicos. Porém, a partir desses raciocínios e exemplos, algumas pessoas poderiam vir a questionar o porquê disso, por que investir em grupos que, aparentemente, são tão desacreditados e, alguns, inclusive tidos como “sem volta”. Então, como uma das possíveis respostas, poder-se-ia chegar à análise e constatação de que esses grupos, por menores que possam parecer, representam, hoje, a grande parte da população mundial e/ou nacionais, tendo em vista que é fato sabido que a grande maioria dos povos vivem em situação de pobreza, miséria e marginalização, e que são poucos os que conseguem desfrutar de padrões de vida suficientes para manter-se plena e satisfatoriamente informado, educado, alimentado, bem servido em termos de moradia, cultura, saúde, lazer, etc...

Além disso, em dando sequência à resposta, deve-se ter em mente que todos vivem em co-relação e em co-dependência, tanto humanos quanto as demais entidades vivas, sendo que cada qual tem um percurso a seguir, mas também uma finalidade, uma missão, um papel imprescindível na teia da vida. Há que se ter presente que uma só pessoa não vai conseguir atuar e fazer o que seria necessário que outras dez pessoas fizessem, pois isso seria humanamente impossível. Dessa forma, há que se fazer conhecer, conscientizar, cada pessoa, dos seus propósitos e das suas possibilidades, enquanto ser integrante desse grande grupo, posto que, enquanto uma pessoa/peça encontrar-se desalinhada de condutas compatíveis com a preservação e defesa ambientais, não se poderá atingir um todo harmônico e homogêneo, compatível com a integração necessária entre homem e natureza, para a perpetuação de ambos.

Sugere-se, então, uma educação ambiental que, com base na abertura de horizontes direcionada ao estudo e ao conhecimento aprofundados dos meios ambientes e das causas e consequências dos atos humanos de toda a ordem,

possa mobilizar as pessoas para a fixação prática desses saberes, incorporando no dia a dia essa conscientização calcada no reconhecimento e aceitação, como por exemplo, das leis da Física, as de “causa e efeito”, de acordo com as quais o homem deve estar ciente de que o que ele causa à natureza, esta sempre reage, devolvendo-lhe, por meio de situações várias, a sua resposta.

Uma educação ambiental comprometida com os propósitos de preservação e defesa da vida e com a propagação das verdades inerentes e compatíveis com esse fim.

## 5 | CONCLUSÃO

O consumo, na forma em que é enfrentado e incentivado na atual sociedade, passa a ter novas características e as proporções do exagero e das consequências disso passam a ser imprevisíveis, tanto para o homem quanto para o meio ambiente. Não mais se consome para sobreviver, ou até mesmo para ter algum conforto. O consumo adquire novas características e “evolui” para o consumismo. A sociedade e o homem encontram-se em estados doentios e de vulnerabilidade, em todos os sentidos, de certa forma, assustadores! Enquanto o consumo pode ser visto como uma característica e necessidade de indivíduos, o consumismo é um fenômeno social.

Este consumismo alimenta e ancora o atual sistema econômico vigente, razão pela qual é tão freneticamente incentivado, haja vista que o sistema capitalista dá mostras, já há algum tempo, de estar chegando no seu limite. É como se o capitalismo estivesse estranhamente visualizando o fim do seu percurso e não houvesse tempo para tentar reverter ou modificar estratégias para reverter a situação falimentar em que parece tender.

Então, é como se estivesse no momento agonizante de uma pré-morte, em que qualquer coisa/atitude é aceitável e deve ser empreendida, nem que seja alguma que venha a acelerar a morte. No caso do capitalismo, que está antevendo a sua falência já em decorrência do evidente e atual, esgotamento dos recursos naturais planetários, lança-se em uma frenética e desregradada hiper-utilização dos recursos que ainda restam, na ânsia de ilusoriamente, poder usufruir dos últimos momentos de maneira nada comedida, de forma “abundante”, diante de uma sensação de falsa bonança. Contudo, pouco se discute, e muitas vezes não é feita a relação entre consumismo e riscos. Este atual fenômeno social é responsável pela criação de diversos riscos, que muitas vezes não são percebidos pela sociedade. Contudo, não se pode ignorar que estes riscos afetarão a todos. A pergunta que se faz é como a sociedade lidará com essa perspectiva de futuro, que pode ser catastrófica. Como

aceitar uma mudança nos atuais padrões que regem a sociedade? Como mudar a forma de ver o consumo e de consumir, evitando alguns dos riscos que podem ser gerados pelos atuais padrões? Uma possível solução passa pela educação ambiental, como forma de moldar uma nova consciência individual e social.

É justamente através da educação ambiental que se pretende ver modificada culturalmente a lógica consumista inculcada nas mentes humanas, individual e coletivamente, atingindo níveis de reprogramação mental, através da memorização e da prática de valores compatíveis com a redução dos padrões de consumo e melhor aproveitamento dos recursos naturais. Porém, para que ocorra a redução dos padrões de consumo, é preciso conscientizar, e para conscientizar, é necessário ensinar, esclarecer (também cientificamente) dos riscos de extinção a que o Planeta está sujeito, das consequências dos comportamentos humanos, tudo isso, voltado à sensibilização para a modificação de condutas e também das lógicas de pensar e de agir advindas do sistema de produção e do mercado. Para que se possa modificar tais lógicas, deve-se partir das mudanças individuais e coletivas, na conduta e na forma de pensar e entender os mecanismos econômicos que representam a base de geração de riquezas.

E é exatamente isso que se pretende ir direcionando através da educação, e mais especificamente da educação ambiental, que sempre representará a forma mais eficaz e homogênea de disseminação de saberes, mobilizando pessoas para novos propósitos. Mas para isso, entende-se insuficiente e ineficaz o modelo atual de educação ambiental legalmente apresentado para a sociedade como o ideal e mais adequado. Há que se dar conta que o sistema legal vigente mostra-se – ainda que não intencionalmente – cada vez mais adaptado e favorável à lógica capitalista e do consumismo, relegando a terceiro plano a necessidade de investimento em educação comprometida com a conscientização humana.

Da forma como se apresenta (e cumpre perquirir se ela chega a se apresentar de alguma forma, realmente) a educação ambiental, atualmente, mantém os indivíduos ignorantes, alienados e desconectados da realidade, desvinculados do quadro geral, ou seja, mais facilmente manipuláveis por informações errôneas (ausência de senso crítico, de conhecimento mínimo para julgar que aquela informação é estranha) e campanhas midiáticas, especialmente aquelas que incentivam o consumismo (além do incentivo ao “ter para ser”, há incentivo através da redução de impostos, de juros...) e a efemeridade da felicidade obtida com o novo item da moda. Com a educação é possível a mudança de comportamentos, especialmente com a redução dos atuais padrões de consumo, possibilitando que se chegue ao consumo sustentável que reduzirá ou evitará os riscos, alguns dos quais previsíveis e outros que a sociedade atual sequer é capaz de prever e não se sabe se terá capacidade de enfrentá-los.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Grasiella Ferreira. Multi, Inter e Transdisciplinaridade na Educação Ambiental. In: *Direito & Diritti - Rivista giuridica elettronica pubblicata su Internet*. ISSN 1127-8579. Disponível em <<http://www.direito.it/docs/32633-multi-inter-e-transdisciplinaridade-na-educa-o-ambiental?page=5>>. Acesso em: 09 set. 2013.

ARAÚJO, Adilson Ribeiro de. Educação Ambiental e Sustentabilidade: Desafios para a sua Aplicabilidade. Monografia apresentada ao Departamento de Agronomia da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas, para a obtenção do título de Especialização. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/50663454/6/Declaracao-de-Estocolmo-sobre-o-Ambiente-Humano-Estocolmo72>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BARBER, Benjamin R. **Consumido**. Trad. Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas*. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (org). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BIZONI, Alessandra Moura. Os caminhos da pós-graduação no Brasil. In: Folha Dirigida. Edição Digital. Disponível em <<http://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/educacao/reportagens-especiais/-Os-caminhos-da-posgraduacao-no-Brasil-2000044435824-1400002102372>>. Acesso em: 11 set. 2013.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 09 set. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 09 set. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 09 set. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.650.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm)>. Acesso em: 20 set. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto

no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 12.608, 10 de abril de 2012. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art29](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art29)>. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Acesso em: 09 set. 2013. Artigo 29.

\_\_\_\_\_. MEC. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa anotada*. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra, 2007.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. ***Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais***. Trad. Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira de 1988*. v. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Curso de Direito Ambiental: de acordo com a LC 140/2011, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a MP 571/2012*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. *Educação ambiental, epistemologia e metodologias*. Curitiba: Vicentina, 2003.

GADOTTI, Moacir. ***Educação e Poder: introdução à Pedagogia do conflito***. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GAVIÃO FILHO, Anízio Pires. *Direito Fundamental ao Ambiente*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GIDDENS, Anthony. ***As consequências da modernidade***. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_; BECK, Ulrich; LASH, Scott. ***Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna***. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do Cárcere***. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HORN, Luiz Fernando Del Rio; VERGANI, Vanessa. *O consumismo como o lado perverso do consumo: principais malefícios à sociedade contemporânea*. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (org.). ***Relações de Consumo: consumismo***. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 11 set. 2013.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMOS, Diogo de Sousa; LEMOS, Thais Rodrigues Mariano de Sousa. Aspectos jurídicos da sustentabilidade da água. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 71, dez 2009. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=6994&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura#\\_ftnref6](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6994&n_link=revista_artigos_leitura#_ftnref6)>. Acesso em: 24 set. 2013.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. *Meio Ambiente e Responsabilidade Civil do proprietário: análise do nexos causal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. ***Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo***. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p.25.

LENZI, Cristiano Luís. *Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito à Informação e Meio Ambiente*. São Paulo: Malheiros, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. ***Vida e obra***. Traduções de Lívio Xavier. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção: Os Pensadores).

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Meio Ambiente: Direito e Dever Fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Transversalidade" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MILARÉ, Édis. *Direito ao Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. ***Terra-Pátria***. Tradução de Paulo Neves. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972 (Declaração de Estocolmo)*. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Da maximização à eficiência: o sentido de consumo na semântica econômica moderna*. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (org.). ***Relações de Consumo: consumismo***. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

\_\_\_\_\_. ***Relações de Consumo: Consumismo***. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Orgs.). ***Relações de Consumo: meio ambiente***. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

SÉGUIN, Elida. ***O Direito Ambiental: nossa casa planetária***. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. *O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VEYRET, Yvette (org.). ***Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente***. São Paulo: Contexto, 2007.

WESCHENFELDER, Paulo Natalício. Do direito constitucional ao meio ambiente equilibrado: a construção de uma cultura. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

## ÍNDICE REMISSIVO

### B

Baixa Idade Média 1, 146, 147, 150, 152, 153, 155, 156

Big Data 292, 296, 297, 300, 301

### C

Cadeias Produtivas 242, 244, 248, 251, 252, 254, 255, 256

Comportamento 25, 48, 56, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 128, 216, 261, 297

Consumismo 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 199, 217

### D

Desenvolvimento Rural 102, 213

Design Universal 260, 262, 266, 267, 276

Deslocamento 1, 2, 142, 152, 233

Direito à Desconexão 229, 230, 232, 236, 237, 239, 240, 241

### E

Economia Circular 215

Educação do Campo 100, 101, 103, 106, 112

Ensino de Filosofia 180, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 192

Escola 34, 35, 76, 77, 78, 82, 85, 102, 103, 105, 106, 108, 112, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 260, 263, 274, 275, 276, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 303

### F

Família 71, 101, 104, 105, 111, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Formação Docente 75, 188, 290

### G

Gênero 5, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 137, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 160, 161, 162, 164, 223, 286

### I

Identidades 29, 83, 100, 101, 107, 108, 109, 112, 119, 121, 138, 195, 303

Igualdade 115, 117, 119, 196

Incerteza 193, 194, 199, 295, 297

Inclusão Escolar 260, 262, 263, 264

Indústria de Alimentos 81, 204, 207, 208, 209

## L

Literatura de Viagem 146, 147, 149, 150, 154

## M

Mestiçagem 219, 221, 225, 226, 227

Modernidade Líquida 193, 194, 198, 201

Monstro 1, 3, 5, 6, 9

Mulher 8, 9, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 134, 136, 137, 144, 161, 195, 223

## P

Pierre Lacotte 158, 159, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 178

Planejamento Científico 278

Políticas Públicas 23, 57, 102, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 134, 136, 137, 144, 208, 253

Project Model Canvas 278, 279, 281

Protagonismo 100, 112, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

## R

Raça 50, 114, 115, 118, 119, 121, 220, 226

Rastreabilidade 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Resistência 50, 52, 204, 209, 210, 213, 273

## S

Saber Científico 75, 76, 78, 85

Sociedade de Risco 25, 26, 30, 32, 41

Startups 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302

Sustentabilidade 41, 43, 110, 214, 215, 216, 217, 218, 253, 276

## T

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação 282, 283, 284, 287, 291

Tecnologias Laborais 229, 230

Trabalho 4, 25, 28, 29, 32, 34, 36, 45, 50, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 84, 86, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 114, 118, 123, 124, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 168, 171, 185, 187, 188, 199, 211, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 257, 261, 267, 271, 272, 273, 276, 278, 280, 281, 298

Traje de cena 158, 159, 176, 177

## V

Vitimologia 45, 53

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**